



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0601001/2026/PMO**

**TERMO DE REFERÊNCIA
REPUBLICAÇÃO
(*ITENS FRACASSADOS*)**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES
EM GERAL BEM COMO MOBILIÁRIOS E
ELETRÔNICOS COM RECURSOS ORIUNDOS
DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL EMENDA Nº
202543560002**

ABRIL DE 2026, OURÉM/PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0601001/2026/PMO

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES EM GERAL BEM COMO MOBILIÁRIOS E ELETRÔNICOS COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL EMENDA Nº 202543560002

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns de fornecimento de natureza SEM continuidade, conforme pormenorização constante do Estudo Técnico Preliminar;
- 3.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme lei nº 14.133/2021;
- 3.3.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) ato da publicação do seu extrato, e devem seguir as premissas estabelecidas no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.4.** A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

6. DOS ITENS A SEREM LICITADOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇOS MÉDIO ORÇADO BANCO DE PREÇOS	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	DESKTOP COMPLETO: Processador (CPU): Características: Core i3-12ª Geração Frequência base: 2.6 GHz (Turbo Boost até 4.4 GHz) Núcleos: 6 núcleos e 12 threads Cache: 12 MB Placa-mãe (Motherboard): Características: Soquete: LGA 1200 Chipset: Intel B460 Conectividade: 1 porta USB-C 4 portas USB 3.2 Rede Gigabit Ethernet Saída HDMI Armazenamento: Características: 500GB NVMe Tecnologia: NVMe Gen 3.0, velocidade de leitura até 2200 MB/s Memória RAM: Características: Modelo: 8GB (1x8GB) DDR4 2666 MHz Placa de Vídeo Onboard (GPU): Características: Intel Mínimo UHD 730 Tela: Características: 15" Polegadas Full HD 1920 x 1080 Widescreen Fonte de Alimentação (PSU): Características: 450W Real Gabinete: Características: Design simples e eficiente. Boa ventilação para manter o sistema refrigerado. Teclado: Tipo: Teclado com fio Mouse: Tipo: Mouse com fio Sistema Operacional: Modelo: Windows 11 Pro Licenciado Refrigeração: Modelo: Cooler Box (Incluso no processador)	UND	10	R\$4.152,19	R\$ 41.521,90
02	PROJETOR MULTIMÍDIA: PROJETOR DE MULTIMÍDIA, TECNOLOGIA DE PROJEÇÃO: 3LCD, BRILHO: 3.000 LUMENS (COLOR & WHITE) RESOLUÇÃO NATIVA: 4K PRO-UHD (ACEITA 4K/60 HZ) CONTRASTE: ATÉ 100.000:1 TAMANHO DE TELA PROJETADA: 30" – 300" DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO: 1,32 M A 4,21 M (PARA 100"), FORMATO DE IMAGEM: 16:9 NATIVO ALTO-FALANTES INTEGRADOS: SIM (10 W) ENTRADAS: 2x HDMI (UM COM SUPORTE 4K) USB, ENTRADA DE ÁUDIO, VIDA DA LÂMPADA: ATÉ 5.800 H (NORMAL, ATÉ 10.000 H (ECO)), CORREÇÃO DE KEYSTONE: ±30° HORIZONTAL / VERTICAL, AJUSTE DE LENTE: ZOOM ÓTICO 1,62x, LINGUAGENS DE MENU: VÁRIAS, RECURSOS EXTRAS: SUPORTE A HDR10, HLG, MEMORY LENS SHIFT, ZOOM ANAMÓRFICO, PESO APROXIMADO: 7,2 KG.	UND	3	R\$6.080,47	R\$ 18.241,41
VALOR TOTAL					R\$ 59.763,31

7. FORMATO DE FORNECIMENTO

7.1. Estes itens serão fornecidos de forma integral, em parcela única, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, uma vez que se trata de recurso específico.

8. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 8.1.** A exigência de garantia da proposta encontra amparo no art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo proposta de forma excepcional, porém devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, diante de fatores concretos que recomendam a adoção de medidas de maior cautela e controle.
- 8.2.** Visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, será realizada a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da soma dos itens que o licitante pretende disputar, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:
- I. **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Ourém. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Banco do Brasil, c/c nº 109001-1, agência: 815-X, PM0 Caução, CNPJ: 05.149.133/0001-48.
 - II. **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
 - III. **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Ourém, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.
- 9.3.** Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,
- 9.4.** A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;
- 9.5.** Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma do valor dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

9.6. A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência;

9.7. O comprovante deverá identificar expressamente o número do processo administrativo, o número do pregão/concorrência e o objeto da licitação;

9.8. Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata (**regra válida tanto aos não vencedores como aos vencedores**);

9.9. Em caso de desistência imotivada, não assinatura ou descumprimento das condições da proposta, a Administração poderá executar a garantia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.10. Informamos que, caso o licitante opte pela modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração não se responsabilizará pela devolução de quaisquer valores em dinheiro.

10. DA GARANTIA DOS ITENS PERMANENTES E DAS CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS (SELO PROCEL E INMETRO)

Da Garantia dos Itens Permanentes

10.1. Os bens classificados como materiais permanentes deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pelo Município, salvo se o fabricante oferecer prazo superior, hipótese em que prevalecerá a garantia mais vantajosa à Administração.

10.2. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, funcionamento, desempenho, montagem e demais vícios que comprometam a utilização regular do equipamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

10.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, no prazo máximo de até 10 dias úteis, a substituição ou o reparo do item defeituoso, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Da Exigência de Certificação INMETRO

10.4. Considerando que parte dos itens a serem adquiridos compreende equipamentos, será obrigatória a observância das seguintes certificações:

- i. Certificação do INMETRO, quando aplicável ao item, comprovando que o produto atende às normas técnicas brasileiras de segurança e qualidade;

Do Caráter Habilitatório

10.5. A exigência das certificações mencionadas possui caráter habilitatório e de conformidade técnica, visando garantir:

- Segurança dos usuários;
- Atendimento às normas técnicas nacionais;
- Sustentabilidade e redução de consumo energético na Administração Pública.

10.6. Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, atestando que os produtos ofertados atendem integralmente às exigências de certificação INMETRO, quando aplicáveis.

Da Conferência no Ato da Entrega

10.7. No ato do recebimento provisório, o Fiscal do Contrato procederá à verificação física dos itens entregues, devendo identificar a presença das certificações exigidas Identificação de conformidade INMETRO, quando aplicável.

10.8. Caso não sejam identificadas as certificações obrigatórias no produto entregue, ou constatada divergência em relação à proposta apresentada, o item poderá ser recusado, ficando a contratada obrigada à substituição imediata, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

10.9. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação integral da conformidade técnica do objeto.

QUADRO DE EXIGÊNCIAS TÉCNICAS – CERTIFICAÇÕES E GARANTIA

Item	Descrição Simplificada	Exige Selo PROCEL	Exige Certificação INMETRO	Exige Garantia Mínima (12 meses)
------	------------------------	-------------------	----------------------------	----------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

01	Computador desktop	Não	Sim	Sim
02	Projektor multimídia	Não	Sim	Sim

Fundamentação Técnica

10.10. Exigência de Certificação INMETRO: Aplica-se aos equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos sujeitos à certificação compulsória de conformidade, especialmente aqueles que envolvem segurança elétrica, desempenho técnico e proteção ao consumidor, conforme regulamentação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

10.11. Garantia: Todos os bens classificados como materiais permanentes deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho, conforme previsto no Termo de Referência e no contrato.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que o fornecimento dos materiais atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e conformidade técnica exigidos:

11.1.Prazo de Entrega: Os bens deverão ser entregues conforme as demandas emitidas pela Secretaria Municipal, respeitando prazos compatíveis com a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos. Fica estabelecido como prazo de **15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

11.1.1. O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado pela contratada e formalmente autorizado pela Administração.

11.2.Substituição de Itens: Os bens que apresentarem vício, defeito de fabricação, divergência técnica, danos decorrentes do transporte ou qualquer não conformidade deverá ser substituídos por itens novos e em perfeitas condições de uso. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, contados do recebimento da notificação formal da Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

11.3.Local e Horário de Entrega: As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Administração no momento da solicitação, observando-se:

11.3.1. Horário: das 08h às 12h, de segunda a sexta-feira;

11.3.2. Local: Tv. Cipriano Santos, s/n, CEP: 68.640-000, Centro, Ourém/PA, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

11.3.3. Toda a logística de entrega, incluindo transporte, carga e descarga, será de inteira responsabilidade da contratada, não sendo admitido qualquer ônus adicional ao Município.

11.4. Qualidade, Conformidade e Padronização dos Produtos: Todos os itens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, em conformidade integral com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, compatíveis com as normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO e demais referenciais pertinentes). Os produtos deverão observar, especialmente:

11.4.1. Resistência estrutural e durabilidade compatíveis com uso institucional;

11.4.2. Conformidade elétrica, mecânica e de segurança, quando aplicável;

11.4.3. Certificações obrigatórias exigidas por norma ou legislação específica;

11.4.4. Identificação do fabricante, modelo e lote de origem;

11.4.5. Padronização e homogeneidade entre entregas sucessivas.

11.5. Serão rejeitados bens que apresentem: divergência das especificações contratadas, defeitos de fabricação, avarias, deformações, oxidação, trincas ou falhas de funcionamento, sinais de uso anterior, desgaste ou recondicionamento.

11.6. Responsabilidade Logística: A contratada deverá assegurar que o transporte e o manuseio dos bens ocorram de forma adequada, garantindo integridade física e funcional dos itens até o recebimento definitivo, utilização de embalagens apropriadas e proteção contra impactos, umidade ou outros danos, substituição imediata, sem custos adicionais, de quaisquer itens danificados ou entregues em desconformidade.

12. DA VEDAÇÃO SUBCONTRATAÇÃO:

12.1. Fica vedada a subcontratação do fornecimento dos bens objeto deste certame, admitindo-se exclusivamente a terceirização da logística de entrega, permanecendo a responsabilidade integral sob a contratada.

Tal vedação tem por finalidade:

- i. Assegurar controle direto sobre a qualidade e procedência dos bens fornecidos;
- ii. Garantir responsabilização integral da contratada pelo objeto;
- iii. Evitar riscos relacionados à padronização, garantia e rastreabilidade;
- iv. Prevenir sobre custos decorrentes de cadeias intermediárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 13.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.2.** Deverá conter cláusula estipulando 12 meses de garantia para os itens que não apresentam garantia descrita no Termo de Referência.
- 13.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 13.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 13.5.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 13.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14. FISCALIZAÇÃO:

- 14.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

- 14.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 14.3.** O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

14.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

14.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

14.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

14.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa:

14.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

14.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

14.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

- 14.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 14.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 14.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 14.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 14.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento:

- 15.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 15.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 15.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 15.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 15.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

- 15.6.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 15.7.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 15.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 15.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 15.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 15.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.16.** O SETOR FINANCEIRO terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da **CONTRATADA**, em consequência de penalidades aplicadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Prazo de pagamento:

15.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

15.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento:

15.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

16.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM

Forma de fornecimento:

16.1.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

17. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

17.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

17.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

17.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

17.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

17.8. Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar documento de identificação (com foto) de seus sócios e de seu representante legal, em conformidade com os registros constantes no contrato social ou documentos equivalentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

17.9. Na hipótese de a empresa ser representada por procurador, será obrigatória a apresentação do respectivo instrumento de procuração, devidamente assinado pelo representante legal da sociedade, acompanhado de cópia do documento oficial de identificação tanto do outorgante quanto do outorgado.

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 17.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, atualizada no ano de 2025;
- 17.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 17.12.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 17.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 17.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 17.15.** Prova de regularidade com a **Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 17.16.** Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos** Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Qualificação Econômico-Financeira:

A empresa deverá apresentar:

17.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

17.17.1. Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.

17.17.2. Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

17.18. Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

17.19. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

17.19.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício: Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.

17.19.2. Nota explicativa: A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço

17.19.3. Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

17.19.4.DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

17.19.5.Certificado de Habilitação Profissional – CHP (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

17.19.6.As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

17.19.7.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

17.19.8.Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;

No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;

A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou igual a 1 (um);

Os índices serão calculados da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

Índice de Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PC + EX. LG\ PRAZO}$$

Os valores mínimos para tais indicadores são:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

$LG \geq 1,0$	$LC \geq 1,0$	$SG \geq 1,0$
---------------	---------------	---------------

Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

- a. Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- b. Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado [art. 1.179](#), Lei [10.406/02](#) e [art. 177](#) da Lei nº [6.404/76](#);
- c. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Resolução CFC nº 1.637/2021

Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.

§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (...)

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

DECLARAÇÕES FINANCEIRAS POR MEIO DO SPED:

Obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU))



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- a. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo SPED;
- b. Balanço Patrimonial impresso em modo SPED;
- c. Declaração de capacidade financeira impresso em modo SPED ou modelo Anexo XII, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- d. Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo SPED;
- e. Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo SPED;
- f. Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo SPED;
- g. Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo SPED;
- h. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- i. Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;

A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- 1) Os saldos no início do período;
- 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
- 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
- 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- 5) A redução de capital;
- 6) As destinações do lucro líquido do período;
- 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- 8) O resultado líquido do período;
- 9) As compensações de prejuízos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 10) Os lucros distribuídos;
- 11) Os saldos no final do período.

Documentações complementares:

- 17.20.** Será exigida a entrega da declaração de conformidade unificada, cujo modelo acompanha este documento no anexo 1.
- 17.21.** Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será exigida a apresentação da declaração de enquadramento, conforme modelo do anexo 2.

Qualificação Técnica:

- 17.22.** Será exigido a comprovação de aptidão para prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 17.23.** A empresa contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, comprovação de quitação da apólice de seguro vigente, compatível com as atividades desempenhadas.
- 17.24.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o item descrito neste processo.

17.24.1.REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO:

CONSOLIDAÇÃO DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

17.24.2.NATUREZA DOS ATESTADOS:

- ✓ SEGMENTO 01 – INFORMÁTICA
- ✓ SEGMENTO 02 – AUDIOVISUAL E EVENTOS

SEGMENTO 01 – INFORMÁTICA

Item	Descrição Resumida
01	Computador



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

SEGMENTO 02 – AUDIOVISUAL E EVENTOS

Item	Descrição Resumida
02	Tela de projeção

17.24.3.PORCENTAGEM A SER EXIGIDA:

➤ PORCENTAGEM DE EXIGÊNCIA

Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de aptidão por meio de atestado (s) de capacidade técnica correspondente (s) a **20% (VINTE POR CENTO) DO QUANTITATIVO ARREMATADO**. A exigência será aplicada de forma segmentada, considerando a natureza dos bens e sua organização estrutural no presente estudo, e será detalhada no demonstrativo a seguir.

➤ FORMA DE APLICAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE 20% POR SEGMENTO

- a. A comprovação da capacidade técnica observará o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o quantitativo dos itens efetivamente arrematados pela licitante, respeitando sempre o segmento ao qual o item pertence.
- b. Para correta aplicação da regra, o licitante deverá identificar, na tabela de itens, o quantitativo previsto para o item arrematado e calcular 20% desse total.
- c. Exemplificativamente, no caso do **Item 01 – computador**, cujo quantitativo previsto é de 10 (dez) unidades, a exigência de atestado corresponderá a 20%, ou seja, 2 (duas) unidades.
- d. Entretanto, considerando a lógica de segmentação adotada, a natureza do atestado não precisa corresponder necessariamente ao item específico arrematado. O atestado poderá referir-se a qualquer item pertencente ao mesmo segmento. No exemplo citado, como a cadeira executiva integra o **Segmento 02 – AUDIOVISUAL E EVENTOS**, a comprovação poderá ser realizada por meio de atestado referente a fornecimento de mesa, armário, jogo de mesa ou qualquer outro item integrante desse mesmo segmento, desde que o quantitativo comprovado atinja o percentual mínimo exigido.
- e. Caso a empresa arremate dois ou mais itens pertencentes ao mesmo segmento, os quantitativos desses itens serão somados, e o cálculo de 20% será realizado sobre o total consolidado.
- f. Por outro lado, se os itens arrematados pertencerem a segmentos distintos, o cálculo será realizado de forma independente para cada segmento, devendo a empresa comprovar 20% do quantitativo correspondente em cada um deles.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

Ressalta-se que a presente estruturação por segmentos e a definição das especificações técnicas encontram-se devidamente fundamentadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, o qual contempla a análise de necessidade, a justificativa do agrupamento por similaridade e compatibilidade técnica, bem como a avaliação da viabilidade da contratação, em conformidade com o planejamento da Administração e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

18. PROPOSTA READEQUADA

18.1. Após declarada, empresas vencedoras deverão apresentar suas Propostas readequadas;

18.2. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

18.3. A proposta deve estar devidamente assinada com validação digital;

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 59.763,31 (CINQUENTA E NOVE MIL SETECENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

19.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. A presente contratação encontra-se devidamente amparada por recursos orçamentários previstos para o exercício financeiro de 2026, conforme Certidão Orçamentária emitida pelo Setor de Contabilidade do Município de Ourém/PA, referente à Aquisição de materiais permanentes em geral, bem como mobiliários e eletrônicos, custeados com recursos oriundos da Transferência Especial – Emenda Parlamentar nº 202543560002, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

Os recursos estão consignados na seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 0909 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 08 245 0053 2.061 – Manutenção do Programa Piso Básico de Proteção Social – SPAIF (CRAS)

Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recursos: 16610000

Unidade Orçamentária: 08 245 0053 2.063 – Manutenção do Piso Básico Especial – CREAS

Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recursos: 16600000

20.2. Conforme consta na Certidão Orçamentária datada de 19 de fevereiro de 2026, há previsão orçamentária suficiente para a realização da despesa pretendida, observando-se a classificação como despesa de capital, por se tratar de aquisição de materiais permanentes.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Quanto ao fornecimento dos itens especificados, a CONTRATADA se obriga a:

21.1.1. Entregar os itens nos prazos acima mencionados, tão logo seja cientificada para a retirada dos empenhos; qualquer despesa inerente ao Processo de logística para entrega do material ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- 21.1.2.** Entregar o produto com cópia do empenho e com informação na Nota Fiscal de lote e validade.
- 21.1.3.** Repor todas as perdas por não conformidade do (s) insumo (s); a contratada deverá substituir, em qualquer época, o produto, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado ou qualquer não conformidade, mediante a apresentação do produto defeituoso ou proceder o ressarcimento do mesmo, não acarretando ônus para a CONTRATANTE;
- 21.1.4.** Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos produtos, bem como pela inviolabilidade de suas embalagens até a entrega dos mesmos à CONTRATANTE, garantindo que o seu transporte, mesmo quando realizado por terceiros, se faça segundo as condições estabelecidas pelo fabricante, notadamente no que se refere às temperaturas mínimas e máximas, empilhamento e umidade; os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo citado, a contar da notificação à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 21.1.5.** Apresentar, quando da entrega dos produtos, toda a documentação relativa às condições de armazenamento e transporte, desde a saída dos mesmos do estabelecimento do fabricante até a chegada à CONTRATANTE;
- 21.1.6.** Apresentar carta de compromisso, se responsabilizando pela troca do item, caso o mesmo não possua as exigências deste processo, na tabela dos itens, deste Termo de Referência;
- 21.1.7.** Atender com presteza às solicitações, bem como tomar as providências necessárias ao pronto atendimento das reclamações levadas ao seu conhecimento pela CONTRATANTE;
- 21.1.8.** Prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São deveres da Contratante:

- 22.1.** Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações;
- 22.2.** Rejeitar os produtos que não atendam às especificações deste Termo de Referência;
- 22.3.** Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) / Fatura (s) da contratada, observando, ainda, as condições estabelecidas no edital de licitação;
- 22.4.** Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas no referido produto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 22.5.** Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;
- 22.6.** Efetuar o pagamento no prazo previsto, em até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos produtos efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos, devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da Ordem de Serviço emitida.

23. MODELOS DE DECLARAÇÕES EXIGIDOS

Para participação no presente certame, será obrigatória a apresentação das seguintes declarações, conforme disposições legais aplicáveis e diretrizes do Município de Ourém:

- 23.1.** Declaração de Conformidade Unificada – documento pelo qual a licitante atesta o cumprimento das condições legais, ausência de fatos impeditivos, responsabilidade pelas informações prestadas, atendimento às normas trabalhistas, reserva de cargos, proibições constitucionais e demais requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.
- 23.2.** Declaração de Enquadramento como ME/EPP – documento destinado às empresas que pretendam usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, devendo declarar seu porte e enquadramento fiscal, bem como a veracidade das informações prestadas.

Os modelos oficiais de ambas as declarações se encontram anexados ao presente Termo de Referência, devendo ser utilizados obrigatoriamente pelas licitantes, devidamente preenchidos e assinados por seu representante legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

24. DAS PROIBIÇÕES

24.1.É proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato firmado, contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal do Órgão Gerenciador e órgãos participantes deste processo;

24.2.A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da Compra, salvo se houver prévia autorização da Administração do Órgão Gerenciador deste processo;

25. DOS ANEXOS

25.1.ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

25.2.ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

25.3.ANEXO III - BENEFICIO DE MARGEM DE 10% PARA ME E EPP REGIONAIS

Ourém/PA, dia 27 de Abril de 2026

Elaborado por:

Maria Eduarda Martins da Silva

Assessora Técnica – T. DO S. M. DA SILVA

Focus Assessoria em Licitações e Contratos

Ciente e aprovo:

MARIA ELIZABETE AGUIAR COELHO

Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ourém, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Ourém/PA, __ de ____ de 2025

Representante legal

CPF n° ____



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ourém, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- I- Está regularmente enquadrada como [Microempresa/Empresa de Pequeno Porte], nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- II- No último ano-calendário encerrado, sua receita bruta foi compatível com os limites legais de enquadramento;
- III- No ano-calendário da realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para Empresa de Pequeno Porte (R\$ 4.800.000,00), se estiver nesse enquadramento;
- IV- Está ciente de que a falsidade desta declaração sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente.

A presente declaração é firmada para que produza todos os efeitos legais, atestando a veracidade das informações aqui prestadas, sujeitando-se a empresa às sanções cabíveis em caso de falsidade.

Ourém/PA, ____ de _____ de 2025

Representante legal
CPF nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III - APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de bens permanentes diversos, compreendendo mobiliário, equipamentos eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais, a Administração optou pela adoção de benefício regional em favor de microempresas e empresas de pequeno porte, em detrimento de benefício estritamente local, por se tratar da alternativa mais adequada, segura e compatível com a realidade do mercado fornecedor.

A definição pelo benefício regional fundamenta-se na pesquisa mercadológica realizada nos âmbitos municipal, regional e estadual, a qual demonstrou que, embora exista oferta de bens permanentes no município, a diversidade de marcas, modelos e especificações técnicas é mais ampla quando considerado o mercado regional integrado, especialmente no eixo logístico que conecta Ourém à capital do Estado.

A ampliação do recorte territorial permite maior competitividade, maior variedade técnica e melhor capacidade de fornecimento, sem restringir indevidamente o certame.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO BENEFÍCIO REGIONAL

Para fins de aplicação do benefício regional, será considerada como área de abrangência a faixa territorial correspondente ao eixo logístico rodoviário entre os Municípios de Ourém e Belém, principal corredor de acesso comercial utilizado para abastecimento do município.

Serão considerados fornecedores regionais aqueles sediados nos seguintes municípios:

- Ourém
- Santa Maria do Pará
- Castanhal
- Santa Izabel do Pará
- Benevides
- Ananindeua
- Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A adoção desse recorte territorial justifica-se pela integração econômica e logística consolidada entre esses municípios, garantindo viabilidade operacional, maior oferta de fornecedores e eficiência na execução contratual.

A medida encontra respaldo nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e nos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à promoção do desenvolvimento regional sustentável, à competitividade, à isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa.

O benefício será aplicado de forma não excludente, assegurando ampla participação de licitantes de quaisquer localidades.

FUNCIONAMENTO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA REGIONAL DE 10%

Durante a fase de julgamento das propostas, caso a proposta de menor valor seja apresentada por empresa não enquadrada como regional, será verificado se existe microempresa ou empresa de pequeno porte sediada na região definida por este instrumento que tenha apresentado proposta com valor até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta válida.

Havendo ME ou EPP regional dentro desse limite percentual, esta passará a ter prioridade na classificação, ainda que seu valor seja superior ao da menor proposta global, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e de habilitação previstos no edital.

REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO

Para usufruir da margem de preferência regional, a licitante deverá:

- Comprovar sede ou filial ativa em município integrante da região definida;
- Declarar corretamente seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Apresentar proposta com valor não superior a 10% da melhor proposta válida;
- Atender integralmente às exigências técnicas e de habilitação do edital.

Declarações falsas sujeitarão a licitante às sanções administrativas cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

EXEMPLO PRÁTICO — APLICAÇÃO DA MARGEM REGIONAL

Suponha que, para determinado item (por exemplo, aquisição de computadores), sejam apresentadas as seguintes propostas:

Empresa	Sede	Porte	Valor Proposto
Empresa Alfa Tecnologia Ltda	São Paulo	Grande Porte	R\$ 5.000,00
Castanhal Informática ME	Castanhal	ME	R\$ 5.350,00
Benevides Equipamentos EPP	Benevides	EPP	R\$ 5.600,00

Análise do cenário:

- O menor valor absoluto é da empresa de grande porte sediada fora da região (R\$ 5.000).
- A empresa regional Castanhal Informática ME apresentou proposta aproximadamente 7% superior, percentual dentro da margem de preferência de 10%.
- Aplica-se, portanto, o benefício regional, passando a ME regional a ter prioridade na classificação, desde que atenda às exigências técnicas e de habilitação.

DISPENSA DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE COTA RESERVADA E ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Após análise técnica do objeto e das condições de mercado, a Administração concluiu pela inaplicabilidade dos benefícios de cota reservada e de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte na presente contratação.

O objeto consiste na aquisição de bens permanentes diversos (mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais), com especificações padronizadas e quantitativos previamente definidos, cuja aquisição foi planejada de forma integrada para atendimento estrutural das unidades administrativas.

Embora a Lei Complementar nº 123/2006 estabeleça tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, sua aplicação deve observar a viabilidade técnica e econômica da contratação, não sendo obrigatória quando puder comprometer a competitividade, a eficiência ou a obtenção da proposta mais vantajosa.

No caso concreto, a adoção de cota reservada ou de itens exclusivos poderia gerar desvantagens relevantes, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Fragmentação do fornecimento e multiplicidade de contratos para itens de mesma natureza;
- Possível padronização desigual de marcas e modelos entre unidades administrativas;
- Aumento da complexidade na gestão contratual e no controle patrimonial;
- Elevação de custos logísticos e operacionais;
- Risco de fracasso parcial de itens, especialmente nos casos em que o mercado local ou regional não apresente número suficiente de ME/EPP aptas a atender integralmente às especificações técnicas exigidas;
- Potencial perda de economia de escala, reduzindo a vantajosidade global da contratação.

Destaca-se que parte dos itens envolve equipamentos com exigência de garantia, assistência técnica, suporte especializado e padronização tecnológica, especialmente no caso de equipamentos de informática e audiovisuais. A divisão em cotas ou a reserva exclusiva poderia resultar em fornecimento heterogêneo, dificultando manutenção, reposição de peças, compatibilidade técnica e integração operacional.

Ademais, a pesquisa de mercado demonstrou que, embora existam microempresas e empresas de pequeno porte atuando no segmento, a oferta com capacidade de atendimento integral e competitivo é mais ampla quando considerado o universo geral de fornecedores, sem restrição exclusiva.

Importante ressaltar que a não aplicação de cota reservada ou exclusividade não impede a participação de ME/EPP no certame. Tais empresas poderão concorrer em igualdade de condições com os demais licitantes, permanecendo assegurados os demais tratamentos diferenciados previstos na legislação, especialmente no que se refere à regularização fiscal tardia e ao desempate ficto, quando cabíveis.

Dessa forma, conclui-se que a dispensa da aplicação dos benefícios de cota reservada e de participação exclusiva mostra-se medida técnica, proporcional e juridicamente adequada, alinhada aos princípios da competitividade, eficiência, planejamento, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Lei Complementar nº 123/2006.